

ACERVO, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: A DOCUMENTAÇÃO DA JUSTIÇA DO
TRABALHO DE VITÓRIA DA CONQUISTA EXISTENTE NO LABORATÓRIO
DE HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO (LHIST/UESB)

SANTOS, Emille Ribeiros¹

Email: *emilleribeiro87@gmail.com*

Orientadora: Profa. Dra. Avanete Pereira Sousa²

As fontes documentais são, por excelência, instrumentos inerentes à construção e reconstrução do conhecimento em suas mais diversas áreas (ENCICLOPÉDIA EINAUDI, 1984), são as origens de uma informação; verdadeiro território do historiador, e elementos indispensáveis ao seu trabalho. A identificação, organização e a disponibilização de fontes documentais têm sido responsáveis pelos avanços da ciência histórica no Brasil nos últimos anos.

O projeto Acervo, Patrimônio e Memória: Vitória da Conquista e região, vinculado ao Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), do qual faço parte como bolsista de iniciação científica pela FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia), tem por objetivo a identificação, mapeamento e disponibilização das fontes documentais de natureza diversificada que sirvam de base para o surgimento de pesquisas e estudos historiográficos, preservando e resguardando aspectos relevantes para a construção do sujeito sócio-cultural da região sudoeste da Bahia. O historiador tem como tarefa, além da identificação, a guarda e a preservação dos acervos documentais, pois os mesmos são capazes de dar suporte ao desenvolvimento de estudos e pesquisas.

O desenvolvimento da historiografia brasileira ancorada e subsidiada por fontes documentais consistentes tem demonstrado a riqueza e a complexidade da realidade histórico-social do nosso país. Esse fato ajuda no aparecimento de novas tendências, novos estudos, constituindo-se base para o desenvolvimento de importantes pesquisas, dentre elas a História Social do Trabalho.

O campo da História Social do Trabalho tem crescido muito nos últimos anos. Podemos encontrar além dos tradicionais estudos sobre a escravidão e o trabalho livre,

¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), bolsista pela FAPESB, E-mail : *emilleribeiro87@gmail.com*

² Profa. do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), E-mail: *avanete@uol.com.br*

pesquisas sobre o movimento operário, seus conjuntos de práticas e relações sociais, as experiências nos locais de trabalho, a movimentação dos sindicatos, as mobilizações coletivas, etc.

O estudo da classe operária no Brasil surgiu com os militantes, isto é, sindicalistas ativistas, jornalistas ou advogados, vinculados de forma militante ao movimento operário. Mas foi a partir de 1960 que surgiu uma tradição de estudos acadêmicos voltados para a classe operária.

Nos anos 1970 têm-se a contribuição dos brasilianistas, ou seja, estrangeiros especialistas em assuntos e estudos brasileiros, o que contribuiu para um maior desenvolvimento dos estudos operários na história acadêmica. Isso pode ser comprovado pelo desenvolvimento de primeiras dissertações de mestrado nesse campo de estudos.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, anos marcados pela nova conjuntura, a história operária terá um novo alento, como nos afirma Cláudio H. M. Batalha:

“[...] a diminuição da repressão política com o crescimento do movimento de contestação aberta à ditadura militar, se refletiria, inclusive, na maior liberdade acadêmica. Isso acarretou o aumento do número de programas de pós-graduação que abriam espaço para o estudo da história operária, com o conseqüente aumento das dissertações sobre o tema. Ao mesmo tempo, o interesse dos editores em publicar estudos dentro desse campo e, especificamente, a aparição em livro de vários desses trabalhos acadêmicos, expressava a crescente receptividade do público leitor.” (BATALHA, 2000: 152)

A produção dos últimos anos tem demonstrado o surgimento de novos estudos, de novas tendências, novas preocupações com o operariado. Dentre eles, tem-se o aprofundamento dos estudos regionais, das relações de gênero, das mobilizações coletivas, possibilitando a análise de como os costumes e práticas vivenciadas e compartilhadas influenciam na formação de bases sólidas para a luta por direitos.

Apesar do crescimento no campo da História Social do Trabalho, deparamo-nos com o problema da guarda e preservação dos documentos. Faltam espaços físicos, qualificação profissional, condições de trabalho, equipamentos e etc. Mas a maior lástima de todas é a destruição de processos da Justiça do Trabalho, ou seja, registros históricos estão sendo incinerados com a permissão da lei, como nos afirma Fernando Teixeira da Silva:

“Com poucas e honrosas exceções, a prática tem sido a incineração sistemática de milhares de processos a cada ano, sob o manto da lei n° 7.627, de 10 de novembro de 1987, que determina a eliminação de autos da Justiça do Trabalho com mais de cinco anos de arquivamento.” (SILVA, Fernando Teixeira da, 2008: 162).

Dessa forma, a justiça destrói sua própria história. Mas ao mesmo tempo, eliminação de processos tem causado diversas reações e gerado propostas alternativas para a preservação das fontes, afim de que o direito e a memória coletiva dos cidadãos sejam preservados, além da garantia de pesquisas futuras. Segundo Fernando Teixeira da Silva “Os arquivos judiciais e seus processos não tem valor apenas corrente e administrativo, mas também social e histórico”. Dessa forma, a documentação destina-se a pesquisa e ao direito coletivo à memória.

Para tentar reverter a situação, o atual surgimento de centros de documentação, o desenvolvimento de teses, dissertações e outras publicações voltadas para a história do trabalho, têm livrado das chamas os acervos da Justiça do Trabalho, tornando-se um campo de pesquisa em expansão.

É com o sentido de garantir a preservação, organização e registro de fontes documentais que o Laboratório de História Social do Trabalho (LHIST), existente na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), tem se empenhado junto às Juntas/Varas do trabalho da região sudoeste da Bahia, no sentido de garantir a integridade dos acervos e, ao mesmo tempo, assumindo a guarda de documentos que, de outra maneira, seriam descartados.

A implantação da Junta do Tribunal do Trabalho em Vitória da Conquista, data de 1963. Em 46 anos esse tribunal foi capaz de produzir uma rica documentação elucidativa acerca das relações de trabalho, do desenvolvimento sócio-econômico da região, etc. Isso aponta um enorme leque de possibilidades de pesquisa em História Social, História Econômica e na área da História das Instituições e do Direito.

Desde o ano 2000, a presidência da Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho de Vitória da Conquista têm privilegiado o Departamento de História como fiel depositário da documentação da Justiça do Trabalho. Vislumbrava-se, dessa forma, que a UESB pudesse vir a se constituir em centro de referência e documentação sobre o trabalho, de interesse comum a pesquisadores da área de História e Direito. O reconhecimento do Departamento de História como centro de estudos e produção do conhecimento histórico na área de História Social do Trabalho, possibilitou ainda, a transferência para a sua

responsabilidade de um importante acervo documental e bibliográfico composto por revistas, livros e teses, advindos de outras instituições de ensino superior e de pesquisa do Estado.

Esse acervo documental é de inestimável importância. Os dados que dele emanam permitem ao pesquisador da História traçar um perfil das categorias de trabalhadores e patrões que, neste período, recorreram à esfera judicial para resolver as querelas trabalhistas. Mas devido uma série de reformas na estrutura física da instituição, entre 2002 e 2003, os documentos ficaram em condições de mais absoluta insalubridade.

No final do ano de 2003, uma equipe constituída de professores, estudantes e pesquisadores, assumiu a responsabilidade do trabalho de higienização, conservação e guarda dos documentos do acervo. Mas foi em 2005 que ocorreu a criação do LHIST, uma instituição especializada na identificação, preservação e guarda de documentos que revelam a história e a cultura dos trabalhadores da região.

O núcleo básico do acervo documental do LHIST/UESB é composto por aproximadamente 80.000 processos e códigos diversos da 5ª. Região do Tribunal de Justiça do Trabalho, relativos ao período de 1963 a 2002. Oriundos da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória da Conquista e das Varas do Trabalho de Vitória da Conquista e Itapetinga, o acervo é inventariado, submetido a tratamento técnico e acondicionado em caixas-arquivo e estantes de aço no espaço físico destinado ao LHIST, localizado no campus de Vitória da Conquista da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

O LHIST é composto pela coordenadora Profa. Dra. Rita de Cássia Mendes Pereira, por professores pesquisadores, Prof. Ms. Adilson Amorim de Sousa, Profa. Dra. Avanete Pereira Sousa, Profa. Dra. Cleide de Lima Chaves, Prof. Dr. José Raimundo Fontes, um estagiário, três bolsistas e quatro voluntários.

Todo o trabalho de tratamento, recuperação, acondicionamento e a conservação preventiva do acervo, bem como a criação de bases de dados para o compartilhamento das informações, foram desenvolvidos sob a orientação de técnicos do Arquivo Público do Estado da Bahia (Apeb), em consonância com os termos de convênio firmado com a Uesb e a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, sob a tutela da Fundação Pedro Calmon.

Os documentos são organizados em três bases. Na Base 01 os processos são discriminados pelo nome do reclamado, classe profissional do reclamante, cidade do

reclamado e motivo. A Base 02 consta os dados do trabalhador (profissão, gênero, idade), dados do empregador (nome e município) e cidade do reclamado. Já na Base 03 constam-se os sindicatos e advogados, reclamação e resultado.

Além da guarda, conservação e ordenação do acervo, a equipe do LHIST/Uesb tem se responsabilizado pela identificação e personalização de grupos documentais disponíveis em outros arquivos da Região Sudoeste da Bahia, a exemplo do Arquivo Municipal de Vitória da Conquista, do Museu Regional de Vitória da Conquista e de sindicatos de trabalhadores da região.

Amparados na documentação disponível, na legislação trabalhista contemporânea e em documentos orais relativos à história e memória dos trabalhadores, pesquisadores e discentes vinculados ao projeto, têm procurado, ainda, desenvolver estudos e pesquisas sobre as relações de trabalho e organização sindical na região de Vitória da Conquista.

Os resultados das pesquisas desenvolvidas têm contribuído para elucidar aspectos fundamentais das relações de trabalho; para traçar um panorama da economia regional a partir do perfil dos empregadores e trabalhadores que, nas quatro últimas décadas do século XX, recorreram à esfera judicial como instrumento de mediação das relações de trabalho; para reconstruir a história e memória do movimento sindical da região de Vitória da Conquista; e para desvendar discursos e representações sobre o trabalho em fontes orais e escritas da Região Sudoeste da Bahia.

Novas pesquisas estão sendo desenvolvidas a partir dos estudos das documentações trabalhistas, como: O Perfil do Menor na Documentação da Justiça do Trabalho (a partir de 1964), O Trabalho Feminino em Vitória da Conquista, A Economia Regional na Justiça do Trabalho, História da Medicina do Trabalho, tomando por fontes a documentação da Justiça do Trabalho e Os Sindicatos.

Em 2006, o trabalho desenvolvido pela equipe foi merecedor do Prêmio Memória do Trabalho no Brasil, promovido pela Fundação Getúlio Vargas com recursos da Petrobrás e apoio institucional do Ministério do Trabalho e Emprego. Os recursos provenientes da premiação foram destinados à estruturação do Laboratório de História Social do Trabalho e à organização do Catálogo de Referência e Documentação sobre História Social do Trabalho: Vitória da Conquista e região, que abriga um guia do Acervo Documental do LHIST/UESB, além de indicações de outros grupos documentais relativos ao trabalho, já identificados em diversos acervos da região.

Como centro de documentação, o Laboratório de História Social do Trabalho da UESB têm buscado cada vez mais afirmar-se como uma instituição-memória especializada na identificação, preservação, guarda e difusão da memória histórica e cultural dos trabalhadores. Por outro lado, pretende ser uma instância aberta à interação e convívio com a sociedade, voltada ao desenvolvimento de atividades, programas e ações que têm como objeto a guarda, o trato e a difusão da Memória Social do Trabalho.

O acervo documental do Laboratório de História Social do Trabalho (LHIST/UESB) é aberto à consulta pública de pesquisadores mediante cadastro junto à coordenação do Laboratório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Memória-história**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984.

BATALHA, Cláudio H. M. “**A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências**”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org), *Historiografia brasileira em perspectiva*, p. 145-158.

SILVA, Fernando Teixeira da, “**Nem crematório de fontes nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da Justiça do Trabalho**”. In: HEINZ, Flavio M. e HARRES, Marluza Marques (org.), **A História e seus territórios**. *Conferências do XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Leopoldo: Oikos, 2008*.

NEGRO, Antonio Luigi. “**O que a Justiça do Trabalho não queimou: Novas fontes para o estudo do trabalho no século XX**”. *Politéia História e Sociedade, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)* Editora UESB, Volume 6, 2006.